

## PROBLEMAS NA CONSTRUÇÃO DA REDAÇÃO ARGUMENTATIVA

Alexandre Batista da Silva<sup>1</sup>  
Elisa Andrade Costa<sup>2</sup>

### Introdução

O texto dissertativo-argumentativo, configuração textual que prevê a mescla estrutural de dois tipos textuais mais comumente tratados na escola, é um gênero de texto cujo ensino se tornou o objetivo principal nas aulas de Língua Portuguesa no Brasil. Tal empenho se tornou a maior evidência da relação entre escola e sociedade, uma vez que esse ensino se deve à necessidade de atendimento a uma grande demanda social, pois a dissertação argumentativa é o gênero textual da redação cobrada no Exame Nacional do Ensino Médio, O ENEM (mas não somente nele), principal via de entrada nas universidades públicas brasileiras e meio de acesso, por intermédio de bolsas, ao ensino superior privado.

O Inep liberou as estatísticas e médias de desempenho do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2020, e o resultado surpreendeu. O número de redações nota 1.000 foi baixo nesta edição: somente 28 textos gabaritaram a prova, o que é cerca de 47% menor que a edição anterior, que registrou 53 notas máximas. Por outro lado, a quantidade de zeros chegou a 87.567, o que representa 3,22% do total. Os principais motivos foram redação em branco (1,12%), fuga ao tema (0,93%) e cópia do texto motivador (0,46%). No ENEM 2019, o número de zeros foi maior, totalizando 143.736 avaliações. Tais dados justificam a necessidade de um estudo sistemático dos problemas recorrentes encontrados nesse tipo de redação.

A escola se empenha no ensino da produção de textos escritos. Essa tendência pode ser observada na vasta produção bibliográfica voltada para o assunto, o que evidencia que escrever é uma atividade importante na sociedade por acompanhar o sujeito por toda a vida, visto que a organização de informações se faz necessária em diferentes situações da vida no mundo contemporâneo. Entretanto, verificam-se

---

<sup>1</sup> Doutor em Língua Portuguesa (UFRJ), Docente do UGB-FERP

<sup>2</sup> Mestre em Literatura Brasileira (UFRJ), Docente do UGB-FERP

problemas nem sempre tratados sistematicamente pela escola. No caso específico da redação com perfil ENEM, a ênfase dada às cinco competências apresentadas como critério de avaliação na cartilha do candidato resultou na estruturação mecânica da redação, o que prejudica a seleção e a organização das informações, competência menos objetiva em comparação com a que envolve a construção da macroestrutura textual e o uso de elementos de coesão textual.

Entre as cinco competências estabelecidas na Matriz de Referência para a Redação do ENEM, discutiremos, neste artigo, a competência III, que aborda o desenvolvimento da argumentação e estabelece a apresentação de “informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria, em defesa de um ponto de vista.” (INEP, 2020, p.22). Entendemos que essa é uma dimensão muito importante na produção de textos argumentativos, pois aponta o domínio da conexão coerente entre as informações selecionadas para serem colocadas no texto.

Dessa forma, nosso objetivo geral é analisar os problemas encontrados na construção da argumentação e, como objetivos específicos, pretendemos detalhar o conceito de desenvolvimento e identificar aspectos gramaticais que o materializem. A fim de atingir tais metas, dividimos este estudo em duas partes: análise teórica, na qual apresentamos as perspectivas de Costa Val (2006) e Pécora (1999), e análise das redações a partir do aporte teórico. Para a constituição do *corpus* de análise, utilizamos redações publicadas em sites de correção com a finalidade de identificar e atualizar os problemas textuais tratados pelos autores.

É importante salientar que os problemas encontrados nas produções selecionadas são recorrentes em textos de alunos do Ensino Médio, como podemos constatar em nossa experiência com redação em sala de aula. Por isso, esta pesquisa se justifica pela necessidade de mapeamento das dificuldades apresentadas pelos estudantes candidatos ao processo ENEM, a fim de contribuir para uma prática mais eficaz em sala de aula. Esperamos, assim, colaborar com a abertura de mais discussões e análises sobre o tema.

## **Os Problemas na Produção de Texto Argumentativo**

A argumentação é um procedimento de linguagem que visa provocar a adesão de um auditório a uma determinada tese levantada por um interlocutor. Para atingir esse intento, cabe ao proponente da tese organizar informações que a corroborem. Entretanto, não basta a seleção de tais informações. É fundamental a aplicação de determinadas técnicas que estabeleçam o *status quo* da argumentação. Essa versão preliminar do que é argumentação evidencia a ação discursiva intencional de um sujeito historicamente marcado e situado num determinado contexto de interação.

É importante notar que a definição cunhada neste artigo desloca a atenção normalmente voltada para o aspecto composicional ou estrutural do texto resultante desse procedimento de linguagem e a coloca no aspecto configuracional da elaboração da defesa pretendida (ver Cavalcante, 2017). Nesse sentido, Leitão (2000) assevera que a argumentação é uma “atividade de natureza social e discursiva, na qual indivíduos que expressam pontos de vista divergentes sobre um tema defendem suas posições com vistas ao convencimento de seus interlocutores.”(p.351). A autora compreende a argumentação como uma relação entre interlocutores, na qual o jogo de convencimento estabelece os meios situados e singulares da argumentação nessa interação, igualmente situada e singular. São muitos os estudos em torno dos procedimentos cognitivos e linguísticos da argumentação e da sua materialização nos textos produzidos por estudantes. Esses estudos, parcialmente contemplados nas referências deste artigo, contribuiram fortemente para mostrar como a escola pode criar metodologias para o ensino da redação.

Um trabalho importante nesse sentido é o que Costa Val (2006) realizou ao analisar redações de vestibular de candidatos ao curso de Letras na UFMG no ano de 1983. Em termos quantitativos, constatou o maior número de problemas na informatividade, enquanto a coerência apresentou-se em segundo lugar e a coesão, em terceiro. O grande desafio, no caso da informatividade, deu-se por questões de insuficiência de dados acerca de determinadas informações, bem como a previsibilidade de tratamento do tema. O aspecto formal dos textos, no entanto, não revelou muitos problemas.

Do mesmo modo, as redações analisadas por nós não revelaram problemas sérios na estruturação dos textos, mas confirmaram lacunas comprometedoras na

seleção e organização das informações acerca do tema proposto. Sabemos que, nos últimos anos, têm se intensificado as aulas em torno dos perfis de várias bancas e o treinamento exaustivo, sobretudo com modelos voltados às exigências da banca ENEM. Esse procedimento prejudica, na maioria das vezes, a competência de selecionar e organizar as informações pertinentes ao assunto colocado para análise do estudante, já que a preocupação maior recai no ensino da estrutura do texto dissertativo, como se pode facilmente notar nas atividades dos livros didáticos do Ensino Médio. Não argumentamos contra o ensino da macroestrutura do texto argumentativo, mas sobre a ênfase quase exclusiva dessa dimensão da argumentação, o que culmina no exíguo trabalho com a dimensão textual da seleção e da organização das informações.

Pécora (1999) estudou redações de universitários concluintes do curso de Letras, o que gerou preocupação e motivou pesquisa a fim de diagnosticar os problemas. Sua análise revelou três problemas recorrentes em torno da estrutura da oração, do estabelecimento da coesão e da construção da argumentação. O autor identifica que a ênfase do ensino escolar da redação repousa sobre o que o autor denomina de “falsa condição de produção”, cujas práticas de ensino veiculam a imperiosa necessidade de uso erudito da língua em detrimento do ensino das técnicas de produção de texto. Segundo o autor “(...) essa contradição histórica determina, primeiro, a incapacidade do processo escolar em garantir ao aluno o domínio das normas específicas da escrita; segundo, a restrição da escrita a um domínio consagrado no interior da própria escola.” (PÉCORÁ, 1999, p. 55).

A produção acadêmica que tomou redações escolares como objeto aponta que redações produzidas por estudantes do Ensino Médio apresentam, ainda, as mesmas ocorrências apresentadas por Pécora (1999), as quais interferem na construção da argumentação, visto que produzem ambiguidade e deixam lacunas por incompletude de pensamento. Essas redações também apresentam elementos de coesão que não explicitam adequadamente a relação semântica no contexto sintático do período. Uma hipótese forte é que essa inadequação ocorre devido à baixa experiência com esses elementos na fala, o que inviabiliza seu uso de forma estratégica nos textos escolares. Por exemplo, em uma interação face a face, as lacunas de desenvolvimento de informações são resolvidas com estratégias diversas, como mímicas, gestos, ruídos,

entre outras possibilidades típicas da oralidade e com indagações diretas ao interlocutor.

A escrita exige estratégias diferentes para a constituição coerente dos segmentos do texto. Nesse sentido, o uso dos recursos linguísticos cumpre, de maneira estratégica, a materialização da coerência na superfície do texto. Para Pécora (1999), o estudante não se comporta como “sujeito do discurso, mas um aluno e sua carga escolar.” (p. 86). A prática da escrita com função avaliativa que deve seguir determinadas regras torna, muitas vezes, o processo automático e desprovido de significado. Dessa forma, não se consegue perceber os desvios por parte de quem escreve.

Os problemas relacionados à redação argumentativa podem estar associados ou não às dificuldades detectadas anteriormente. Pécora (1999) afirma que a argumentação não pode ser compreendida apenas como uma maneira particular de usar a linguagem. Para o autor, ela se funda na dimensão discursiva, percepção que destaca, nas palavras do próprio autor, “um espaço aberto às intersubjetividades”, no qual os interlocutores agem linguisticamente em prol de suas teses. Nesse sentido, afirma que

...os problemas de argumentação não devem ser entendidos tão somente como problemas de manipulação de determinados artifícios ou instrumentos à disposição de um determinado usuário, mas sim como problemas que afetam as próprias condições de produção de discurso. (p.88)

Os problemas apontados pelo pesquisador se referem à artificialidade contextual na qual a argumentação é construída, situação que falseia a relação intersubjetiva que instaura as condições de produção do discurso. Pécora (1999) estabelece, então, quatro problemas de argumentação encontrados em redações de estudantes universitários analisadas por ele: problemas de emprego de noções confusas; problemas de emprego de noções de totalidade indeterminada; problemas de noções semiformalizadas e problemas de lugar-comum. O breve quadro abaixo explica de forma não exaustiva cada um desses problemas. O objetivo é obter maior esclarecimento na seção de análise, a seguir:



01	problemas de emprego de noções confusas	Diz respeito ao uso de conceitos muito abstratos sem, no entanto, expandi-los: conscientização, dever etc.
02	problemas de emprego de noções de totalidade indeterminada	Diz respeito a certos enquadramentos que resultam em afirmações genéricas que nada acrescentam ao raciocínio pretendido.
03	problemas de noções semiformalizadas	Diz respeito aos usos de termos mais ou menos científicos ou técnicos que, associados às noções confusas, pouco acrescentam à argumentação.
04	problemas de lugar- comum	Diz respeito ao uso de segmentos “congelados na linguagem”, os quais já não guardam nenhuma relação com os componentes particulares de uma dada situação.

Quadro construído a partir das formulações de Pécora (1999).

Vale dizer ainda que esses defeitos de argumentação podem ser materializados na superfície do texto por meio da seleção lexical, da ausência de determinadas estruturas gramaticais e de usos inadequados de elementos coesivos que evidenciam, por um lado, a artificialidade da argumentação e, por outro, a falta de conhecimento das estratégias linguísticas por parte do proponente da argumentação.

Por fim, para proceder à análise, além da captura teórica do que dizem as investigações sobre os problemas de redação, procuramos também identificar qual é a expectativa da banca organizadora da prova de redação do ENEM em relação ao gênero textual solicitado e à competência que envolve a seleção e a organização das ideias presentes nas redações. Nessa linha, tomando a Cartilha do Participante (2020), elaborada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), verificamos nesse documento uma explicação sobre o gênero textual

solicitado na prova de redação e uma descrição das cinco competências que serão alvo da avaliação. Em relação ao gênero, há a seguinte formulação:

O texto do tipo dissertativo-argumentativo é aquele que se organiza na defesa de um ponto de vista sobre determinado assunto. É fundamentado com argumentos, a fim de influenciar a opinião do leitor, tentando convencê-lo de que a ideia defendida está correta. É preciso, portanto, expor e explicar ideias. Daí a dupla natureza desse tipo textual: é argumentativo porque defende uma tese, uma opinião, e é dissertativo porque utiliza explicações para justificá-la. O objetivo desse texto é, em última análise, convencer o leitor de que o ponto de vista em relação à tese apresentada é acertado e relevante. Para tanto, mobiliza informações, fatos e opiniões, à luz de um raciocínio coerente e consistente. (INEP, 2020, p.19)

O excerto evidencia que a expectativa da banca é de um texto cuja argumentação seja construída a partir do desdobramento coerente das informações apresentadas a favor da tese, o que significa que o candidato deve não só selecioná-las, mas também explicá-las de modo a criar uma linha argumentativa. Já se pode inferir no excerto as indicações que serão descritas na competência III da matriz de referência para a redação, a saber, “Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista”. Pode-se observar que se trata de uma competência complexa que envolve quatro procedimentos cognitivos que, juntos, podem garantir o que se entende como desenvolvimento das informações ou ideias inseridas no texto. Essa competência é distribuída em cinco níveis que envolvem a articulação desses quatro procedimentos cognitivos.

É importante ressaltar que essa competência aciona a informatividade nos termos de Costa Val (2006). Tal aspecto está fortemente relacionado à formação escolar e às experiências sociais do sujeito que escreve, uma vez que a seleção de informações, de fatos e opiniões adequados para a construção da argumentação depende de como esse sujeito se relaciona com o mundo circundante, o que define também sua condição objetiva de organizar, relacionar e interpretar tais informações. Obviamente, não se tratam de ações desconectadas umas das outras. Ao contrário,

elas acontecem concomitantemente e, se a operação for bem-sucedida, garante a excelência da competência descrita.

Na seção seguinte, avaliaremos duas redações considerando esses aspectos da construção da argumentação, articulando o quadro que construímos a partir das formulações de Pécora (1999) e de Costa Val (2006).

### **Análise de Redações Modelo ENEM**

Nesta seção, analisaremos redações construídas a partir dos temas *Caminhos para prevenir o suicídio entre os jovens no Brasil e Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil*, o primeiro proposto por um site de correção de redações em 2017, e o segundo proposto pela prova do ENEM 2021. Essas redações foram retiradas do site de correção *online* de redações. Optamos por esses textos para ampliarmos o escopo da análise para além das redações corrigidas por nós mesmos.

Selecionamos duas redações como exemplares dos problemas discutidos aqui. Os textos foram digitados na íntegra e exatamente como foram disponibilizados. Foram mantidos, portanto, os desvios gramaticais. É importante lembrar também que não abordaremos problemas de construção da oração e de coesão textual. Nossa investigação se concentra na construção da argumentação nos moldes da competência III. Vamos à análise das duas redações:

(1)

A partir do fortalecimento da Igreja Católica, mormente na Idade Média, os dogmas religiosos seguem moldando os valores sociais da humanidade. Nesse cenário, vale destacar que a referida instituição considera o suicídio pecado tão grave que impede a celebração dos rituais de sepultamento nesses casos. Observa-se, assim, que o assunto constitui tema pouco discutido na sociedade brasileira. A prevenção do suicídio entre jovens no Brasil dar-se-á pelo acesso à informação institucionalizada em consonância com o fortalecimento das relações pessoais.

No que se refere à informação, é indubitável que, para evitar casos de suicídio, as famílias precisam conhecer os principais motivos que podem culminar nesse ato. Nesse contexto, torna-se imperativo que sejam reconhecidas situações



de risco, como sintomas de doenças psicológicas ou problemas de interação social. No entanto, a forma de abordagem do tema ainda não é consenso entre os profissionais de saúde. Comprova-se isso pelos recentes artigos divulgados pelo Conselho de Psicologia sobre a preocupação de aumento no número de mortes relacionadas à exibição da série "Os 13 porquês". É possível afirmar, pois, que a informação tem o condão de ajudar as famílias nessa prevenção, contanto que ocorra sob a égide de adequada orientação profissional.

Outrossim, cabe salientar que o fortalecimento das relações pessoais propicia ao jovem o apoio necessário para superar as situações críticas. Não obstante, a dinâmica familiar observada na sociedade atual, com pais trabalhando e acesso de filhos aos aparelhos eletrônicos, evidenciam o crescente individualismo da modernidade. Segundo Émile Durkheim, um dos tipos de suicídio é o egoísta, em que há uma individualização desmesurada, decorrente do afastamento entre os indivíduos e sociedade. De maneira análoga ao pensamento do filósofo, o combate ao específico tipo de suicídio citado consiste no aumento da interação familiar.

Destarte, entende-se que para prevenir os casos de suicídio entre os jovens brasileiros é necessária informação e apoio familiar. Dessa forma, o Ministério da Saúde deve distribuir, nos postos de saúde, panfletos contendo informações sobre a relação entre doenças e transtornos psicológicos e o suicídio, com o propósito informar a sociedade, bem como propiciar o tratamento com médicos especializados e psicólogos. Além disso, as escolas devem realizar eventos culturais e de lazer, com a participação dos familiares da comunidade escolar, com o fim de incentivar atividades que priorizem a interação. Assim, tornar-se-á possível evitar esse problema que tanto prejudica as famílias e a sociedade.

A redação (1) segue os parâmetros da banca do ENEM e pode ser considerada um excelente texto, pois veicula bem as ideias na maioria dos parágrafos. Na introdução, ocorre a contextualização do tema por meio da visão da igreja desde a Idade Média. O terceiro período, no entanto, embora seja iniciado como conectivo *assim*, não garante a relação semântica de conclusão, já que o autor da redação não evidencia de que modo a igreja é responsável pelo pouco debate sobre o assunto. Não é possível chegar a essa conclusão apenas pela constatação da visão conservadora da igreja, ou seja, a influência da igreja no cerceamento da difusão de informação sobre suicídio só pode ser alcançada com a inferência do leitor, o que

configura uma lacuna na argumentação. Nesse caso, há o que Pécora (1999) chama de *problema de noções confusas*, já que o autor da redação selecionou os dogmas religiosos da Idade Média e não conseguiu desdobrá-los com uma explicação em favor da construção da sua linha de raciocínio.

No segundo parágrafo, o tópico frasal corresponde a uma proposição relacionada ao direcionamento presente na introdução da defesa do primeiro tópico. O autor afirma que o desconhecimento sobre os motivos que levam uma pessoa a cometer suicídio faz com que a família não identifique a tendência de um de seus membros. Nas demais partes do parágrafo, a ideia de falta de conhecimento é apenas sugerida com a expressão do campo semântico de conhecimento (reconhecimento de situação de risco). O autor leva a discussão para a abordagem errada da questão do suicídio – o que em certa medida é falta de conhecimento – e apresenta a série como motivadora do aumento de casos de suicídio, como evidência da abordagem malfeita do assunto. Nota-se, nesse sentido, o problema de noção semiformalizada, pois o autor está colocando a abordagem do tema como a noção que direciona a construção de sua argumentação no parágrafo sem, contudo, estabelecer na superfície do tema a relação entre desconhecimento do assunto e abordagem do assunto. Nessa mesma linha de tratamento, o terceiro período do segundo parágrafo informa que há falta de consenso entre profissionais de saúde no concernente à abordagem do suicídio, mas não desdobra essa informação, o que configura outra lacuna, pois o conceito de discordância não é explicado de modo a se relacionar com a falta de conhecimento que leva a família a não identificar a tendência suicida de um membro do grupo familiar.

No terceiro parágrafo, o tópico frasal apresenta o fortalecimento das relações pessoais como forma de superar o problema posto na redação. No segundo período, o autor relaciona a ausência dos pais em casa devido ao trabalho e o uso de aparelhos eletrônicos por parte dos filhos como causas do individualismo que enfraquece as relações pessoais. Em seguida, o autor emprega um argumento de autoridade para fortalecer a hipótese de que a individualização é, de fato, uma das causas do suicídio. Entretanto, o conceito não é explicado e o autor parece contar apenas com a relação semântica dos radicais das palavras individualismo e individualização, sem explicar o pensamento do sociólogo. Nesse caso, percebemos também, conforme pontuado por

Pécora (1999), o *problema da noção semiformalizada*, porquanto se apresenta uma afirmação filosófica sem o desdobramento que fortaleceria a argumentação. A suposição para esse problema ainda persistir é a difusão da exigência de repertório sociocultural nos textos produzidos na prova de redação do ENEM. Isso pode ter levado muitos estudantes a memorizarem frases descontextualizadas de diferentes áreas de conhecimento.

Entendemos que, embora o texto possa ser considerado satisfatório à avaliação do perfil da banca em questão, os problemas apontados acima confirmam a submissão a modelos preestabelecidos, sobretudo aqueles que dão ênfase à estrutura, o que torna a previsibilidade do texto perceptível. Nesse sentido, aquilo que Costa Val (2006) considera falta de imprevisibilidade e Pécora (1999), como problema de lugar-comum, ocorre frequentemente em textos com esse formato. Se nos atentarmos ao texto analisado, verificaremos informações completamente repetidas na sociedade em torno do problema, como se fosse simples a sua solução. Desse modo, o texto "se limita à reprodução de um modelo, e a tarefa de leitura, ao reconhecimento do modelo reproduzido. Em conjunto, representam nada mais do que um processo de sedimentação do modelo e a consequente anulação das partes absorvidas por ele." (PÉCORRA, 1999, p. 110).

Tal comentário se aplica a muitas produções de estudantes que memorizam a fórmula a partir de construções já prontas e a ajustam a temas diferentes. Conseguimos visualizar, assim, um painel com poucas cores, composto por produções presas a determinadas normas que garantem, muitas vezes, um resultado satisfatório quanto à nota recebida pelo candidato, mas não a qualidade da argumentação.

A redação (2) apresenta problemas diferentes da primeira:

Segundo Heráclito, "Nada é permanente exceto a mudança". Nesse contexto, por mais que a invisibilidade e registro civil seja um problema atualmente, pode-se dizer que os efeitos podem ser revertidos caso a forma de lidar com o impasse seja alterada. Nesse sentido, observa-se, um delicado problema, que tem como causas a má influência midiática e a omissão governamental.

Primeiramente, o silenciamento da mídia caracteriza-se como um complexo dificultador. Conforme Pierre Bourdieu, "o

que foi criado para ser um instrumento de democracia não deve ser convertido em mecanismo de opressão". Dessa forma, os grandes veículos de informação não trazem à pauta o número de pessoas sem o registro de nascimento, invisibilizando mais de 2 milhões de indivíduos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Ademais, é preciso atentar para a outra impunidade presente na questão. Nessa perspectiva, de acordo com Aristóteles, "a política tem como função preservar o respeito entre as pessoas de uma sociedade".

Desse modo, nota-se uma irresponsabilidade governamental na cidadania por meio de uma legislação própria e da fiscalização para que esse direito seja mantido, em prol dessa parcela da população carente do seu documento de nascimento.

A redação (2) também se inicia com um argumento de autoridade. A associação entre as palavras de Heráclito e a situação da ausência do registro civil que envolve milhões de brasileiros não fica evidente. O elemento coesivo *nesse contexto* demonstra a dificuldade do autor em lidar com a formulação do filósofo. A tentativa, possivelmente, era relacionar o conteúdo à mudança constante da formulação prosaica e à possibilidade de alteração da forma de lidar com a situação de falta de registro civil. Note-se, porém, que *o problema de noção de totalidade* aparece como erro de enquadramento, pois não se trata de um contexto que resulta em generalização sem a materialidade de exemplos ou dados que construam a linha de raciocínio para além de afirmações que, apesar de possíveis, não estão expressas na superfície do texto.

A introdução cumpre a tarefa de orientar o leitor na trajetória argumentativa ao estabelecer que a má influência midiática e a omissão governamental são as causas da existência de cidadãos sem registro de identificação no Brasil. Essa orientação é importante, pois dá sentido às informações selecionadas para a construção da argumentação do texto. Entretanto, a projeção feita pelo autor se cumpre de forma parcial, como veremos a seguir.

O segundo parágrafo segue o roteiro argumentativo apresentado na introdução e trata o silenciamento da mídia no processo de divulgação do direito ao registro civil como um complexo dificultador. A afirmação filosófica que se segue ao tópico frasal diz respeito aos instrumentos da democracia que, na visão de Pierre Bourdieu, não



devem ser usados para outro fim. Apenas por inferência o leitor pode entender que a mídia é um desses instrumentos democráticos que não cumpre seu papel, haja vista que, na visão do autor do texto, não auxilia na divulgação da quantidade de pessoas sem registro. O parágrafo não deixa claro de que modo esse silenciamento se relaciona com o problema em tela. A lacuna de sentido entre as informações demonstra mais uma vez o problema no uso de conceito muito abstrato que não consegue ser consolidado com exemplos, dados ou explicações no texto.

O terceiro parágrafo já não segue o roteiro argumentativo determinado na introdução, visto que não aborda a questão da omissão governamental, o que configura falha grave no projeto de texto. Além disso, o parágrafo está muito curto e não evidencia a tentativa de relacionar a citação de Aristóteles, que afirma ser função da política a preservação do respeito entre as pessoas. Parece que o autor criou uma espécie de contiguidade semântica entre a palavra política e governo, a qual bastou para supor estar seguindo a proposta da introdução. Os dois períodos que constituem o parágrafo tentam uma continuidade que não pode ser resolvida com o elemento coesivo *Nessa perspectiva* que os liga, pois a informação sobre a impunidade não é desdobrada em outras informações que expliquem a falta de documento. Esse problema é identificado por Pécora (1999) como lugar-comum, ideia altamente difundida na sociedade sobre como os atos de corrupção dos políticos não os levam à prisão. Essa percepção do arranjo semântico da seleção de informação feito pelo autor corrobora nossa hipótese de que a competência III subscreve as experiências sociais e escolares de quem escreve a redação. A citação filosófica, vista desse modo, não está completamente solta, mas faz parte de uma rede de inferências não tornadas explícitas pelo autor.

O parágrafo de conclusão apresenta o conceito de irresponsabilidade governamental, o que parece estar relacionado à omissão do governo na garantia do registro civil para parte da população. O problema de *noções semiformalizadas*, conforme exposto por Pécora (1999), aparece em boa parte do texto ao se buscar relacionar, sem sucesso, conceitos filosóficos ou políticos com as informações dos parágrafos. O grau de informatividade apresenta-se baixo, visto que os dados não formam uma rede argumentativa consistente. A esse respeito, Costa Val (2006), sobre argumentos desse tipo, afirma que:



Em vez de contribuir para a persuasão do leitor, esse argumento tem o efeito de reduzir a eficiência pragmática do texto, pois a impressão que deixa é que o autor da redação não pôde fornecer dados mais completos em função de sua ignorância. Ora, quem ignora o assunto de que fala não merece crédito, não faz jus à cooperação do interlocutor. Não tem aceitabilidade. No entanto, no vestibular, obter a aprovação do recebedor é fundamental... (p. 85)

A redação (2) é um exemplo do que a linguista comenta no excerto, já que o texto não distende as informações selecionadas pelo autor de modo a torná-las mais visíveis para construir a argumentação em defesa de sua tese. Os problemas apontados nos dois exemplos de redação analisados nesta seção são representativos dos encontrados nas outras redações de nosso *corpus*. Eles demonstram que o ensino da argumentação em redações escolares com vistas à prova do ENEM não está sendo bem desenvolvido e necessita de redirecionamento.

### **Considerações Finais**

Os problemas encontrados nessas duas redações, distantes tanto no tempo de escrita quanto da análise de Pécora, mostram a permanência de problemas antigos no processo de produção textual. Assim confirmamos, pelo menos no *corpus* em análise, que *problemas de emprego de noções confusas, de noções semiformalizadas e de lugar-comum* ainda são recorrentes nas redações dos estudantes. O *problema de noção de totalidade* também é encontrado nas redações, todavia ainda carece de definição para a distinção clara do *problema de emprego de noções confusas*.

Nos termos da matriz de correção, os textos apresentam lacunas no desdobramento das informações selecionadas, o que transfere para o leitor a tarefa de estabelecer os elos de sentido pretendidos pelo autor e caracteriza falha grave, pois, conforme a Cartilha, não é suficiente para a construção da argumentação a exposição das informações. É necessária explicação das ideias com exemplos, dados e estabelecimentos de nexos lógicos entre elas. A análise mostrou também que o uso de elementos de coesão não é suficiente para a construção dos elos semânticos entre

as informações e dados selecionados. Além dessa falha, foram identificados problemas no domínio de uso da língua padrão e no uso das diferentes estratégias de coesão entre os períodos.

Cabe, portanto, compreender o motivo dessas recorrências e de que modo se pode mudar esse quadro. Há real necessidade de mudanças no trabalho com a escrita em sala de aula e as várias pesquisas já feitas são excelentes materiais para que busquemos superar os problemas encontrados. É preciso, então, dar os primeiros passos que sigam em outra direção de ensino desse tipo de redação. O domínio dos recursos para a construção de um texto coerente e bem elaborado deve fazer parte da trajetória do indivíduo escolarizado, já que a argumentação está presente em várias situações do cotidiano.

## Referências

ABAURRE, M. L. ABAURRE, M. B. M. **Um olhar objetivo para produções escritas: analisar, avaliar, comentar.** São Paulo: Moderna, 2012.

ARISTÓTELES. **Retórica.** Edipro; 1ª edição. 2021

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal.** 4ª. ed. (Trad.) BEZERRA, Paulo. São Paulo: Martins Fontes, 2003[1977].

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **A redação no Enem 2020: cartilha do participante.** Brasília, DF: INEP, 2020.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **A argumentação persuasiva.** In: **Textos dissertativo-argumentativos: subsídios para qualificação de avaliadores** / Org. GARCES, Lucília Helena do Carmo, CORRÊA, Vilma Reche – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017.

COSTA VAL, Maria da Graça. **Redação e textualidade.** 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito.** São Paulo: Pontes, 1987.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação.** São Paulo: Contexto, 2015.

KOCH, Ingedore Villaça Grunfeld. **Argumentação e linguagem.** 13ª.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_ **Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas.** 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

\_\_\_\_\_ **O texto e a construção dos sentidos.** 10ª. ed. São Paulo: Contexto, 2014b.

LEITÃO, S. **The potential of argument in knowledgebuilding.** Human Development, 2000. (332-360).

PÉCORA, Alcir. **Problemas de Redação.** São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a Nova Retórica.** 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.